

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFCE: UMA EXPERIÊNCIA

LUCINEIDE PENHA TORRES DE FREITAS
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE
torresdefreitas@uol.com.br

CO-AUTOR:
GUILHERME BRITO DE LACERDA
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE
guilhermeblacerda@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho consta de uma experiência exitosa através de uma capacitação de professores e licenciandos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, bem como professores da rede pública de ensino básico do estado do Ceará, através de um curso de Aperfeiçoamento na modalidade à distância em Educação Inclusiva. Essa capacitação teve como principal objetivo introduzir e implementar a cultura da convivência com a diversidade no IFCE e produzir uma coletânea de material didático e metodologias inovadoras voltadas para melhoria do processo de ensino aprendizagem de alunos com deficiência. O projeto foi financiado pelo programa PRODOCÊNCIA/CAPES que visa a formação de professores e fomenta projetos pedagógicos que renovem a estrutura acadêmica e curricular dos cursos de licenciaturas.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva; Formação de Professores; PRODOCÊNCIA



ABSTRACT

This work consists of a successful experience through training of teachers and student teachers of Federal Institute of Science and Technology of Ceara Education - IFCE as well as public school teachers of basic education in the state of Ceará, through a course of Improvement in the mode distance in Inclusive Education. This training aimed to introduce and implement a culture of living with diversity in IFCE and produce a collection of educational materials and innovative methodologies aimed at improving the teaching and learning process for students with disabilities. The project was funded by PRODOCÊNCIA / CAPES program aimed at training teachers and educational projects that foster academic and renew the curriculum of undergraduate courses.

Keywords: Inclusive Education; Teacher Training; PRODOCÊNCIA

INTRODUÇÃO

Um país que queira evoluir no seu contexto cultural, econômico e tecnológico necessita, obrigatoriamente, de uma educação de qualidade, visto que este crescimento, embora em longo prazo, está intrinsecamente ligada ao conhecimento adquirido e repassado pela sociedade que a compõe no decorrer dos anos.

Segundo dados do Censo de 2010 (IBGE), existem no Brasil 45.606.048 milhões de pessoas ou 23,9% da população total com algum tipo de deficiência.

No Nordeste brasileiro esses índices alcançam 26,63% da população com alguma deficiência, sendo a região que apresenta maior contingente em relação às outras regiões.



No Estado do Ceará, um dos estados mais pobre da federação, alcança índice de 27,69% da população com deficiência.

Em função desses índices, percebe-se a necessidade da criação e/ou implementação de políticas de inclusão que torne ambiente social justo e qualitativo. As últimas políticas de educação inclusiva adotada pelo Ministério da Educação estabelecem que a inclusão educacional seja prioridade. Essa iniciativa trouxe consigo mudanças, como a ampliação de vagas ofertadas na educação básica e, principalmente, às questões relativas às especificidades da formação de professores para a inclusão.

Nesse contexto, a garantia de atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular está prevista na Constituição Federal de 1988, quando no Art. 208, Inciso III, destaca: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

De acordo com a Constituição, Art. 27, a formação dos professores para a educação especial processar-se-á de conformidade com o estabelecido pela LDB, Arts. 59, Inciso III, e 62, e com as diretrizes curriculares nacionais para a formação de docentes.

Na legislação estadual, Resolução N° 394/2004 do Conselho Estadual de Educação, conforme consta no Art. 8º, Inciso II, fixa normas para a educação de alunos com necessidades especiais, no âmbito do Estado do Ceará. No artigo supracitado consta que é dever do estado: “II- Desenvolver programas de formação continuada com vistas à qualificação dos recursos humanos para a área de educação especial”.

Constata-se que a legislação não se preocupa somente com a garantia do atendimento aos alunos com necessidades especiais, mas também com a formação dos professores que trabalharão com alunos regularmente matriculados com deficiência ou não.

Corroborando com esse contexto e mostrando a necessidade de capacitação de professores para acolher melhor alunos com deficiência, nos últimos anos o Censo Escolar elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, tem demonstrado uma tendência na queda de matrículas de alunos com deficiências nas escolas especiais, e, ao mesmo tempo, é constatado o aumento do número de matrículas desses alunos na rede de escolas regulares, com ou sem apoio pedagógico especializado.

Essa diminuição vem sendo constatada desde o ano de 1988 até o último Censo Escolar. Os dados indicaram que nas escolas especiais o número de alunos matriculados chegava a 64% em 2005, considerando-se o número total de alunos com deficiências (640.317), enquanto que nas escolas de ensino regular esse percentual, que era de 13% em 1998, chegou a 41% no ano de 2005 (MEC/SEESP, 2006). No senso escolar de 2012 constata-se um aumento de 9,1% no número de matrículas na educação básica, que passou de 752.305 matrículas em 2011 para 820.433 em 2012 (INEP, 2012).

Em termos regionais, segundo dados também fornecidos pelo INEP, em 2009, o Ceará possuía aproximadamente 26 mil estudantes com algum tipo deficiência em escolas privadas, municipais, estaduais e federais que necessitariam, por sua vez, de algum tipo de atenção especial no contexto educacional.

O Brasil, dentro desse contexto, vem investindo intensamente boa parte de seus recursos no setor tecnológico e educacional objetivando tornar-se um país, não só grandioso no setor de produção agrícola, como já é reconhecido mundialmente, mas também auto-sustentável no que diz respeito às áreas prioritárias que envolvam tecnologia de produção. Um exemplo disto é a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) pelo Governo Federal através da Lei 11.892/2008.

Os IFs são instituições de educação superior, básica e profissional especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas.

Com relação à expansão no setor educacional, existem diversos obstáculos que devem ser vencidos, destacando a garantia da universalização e democratização do ensino, em relação à inclusão de alunos com deficiência nas escolas.

Uma das atividades principais dos IFs vem a ser a formação de profissionais na área de ensino através de cursos de licenciaturas. Dessa forma, esta instituição deve formar profissionais qualificados para receber alunos com deficiências nas instituições de ensino aonde venham trabalhar. Por outro lado, a rede institucional IFs deve ser composta por grupos de profissionais com qualificação apropriada também para recebê-los dentro do seu próprio quadro de alunos (PIMENTA, 2001).

No paradigma da inclusão, infelizmente, os IFs ainda não estão devidamente preparados para receber alunos com deficiências. Por outro lado, também não estão formando profissionais com que detenham saberes necessários para ensiná-los (FAVERO, 2002).



A maioria dos cursos de formação de professores não atenta para a educação da diversidade. Mesmo existindo vários dispositivos legais apontando para o sentido compulsório da inclusão, muitas capacitações não criam, no futuro professor, a sensibilidade de fazer diferente para acontecer a escola verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma, é de extrema necessidade que haja mudanças na maneira de conceber o ensino e a aprendizagem e, conseqüentemente, na prática pedagógica do professor para que o mesmo possa ter um desempenho profissional exitoso.

Se a sociedade e, em particular, as instituições educativas não buscarem formas de incluir as pessoas com deficiência no convívio social e escolar, estarão agravando ainda mais a condição de excluídos e contribuindo para o aumento da desigualdade social.

Diante do quadro apresentado acima, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, a partir do Edital nº 028/2010 da CAPES/PRODOCÊNCIA, se propôs a capacitar professores e estudantes de licenciatura do IFCE, juntamente com os professores da rede de educação básica do estado do Ceará, com o intuito compreender e intervir nas condições de acessibilidade aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação, possibilitando a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, atendendo a necessidades educacionais de todos os alunos.

METODOLOGIA

A capacitação em Educação Inclusiva de professores e licenciandos atingiu seis campi do IFCE: Acaraú, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do

Norte e Maracanaú. A estratégia utilizada para atender um maior número de pessoas nesses campi foi realizar um curso na modalidade semipresencial com as seguintes disciplinas: Ambientação, Legislação Específica, Educação Inclusiva, Tecnologia Assistiva I, Tecnologia Assistiva II, Condutas Típicas e Elaboração de Projeto. Inicialmente 300 licenciandos, professores das licenciaturas do IFCE e professores do estado e dos municípios realizaram matrículas.

O projeto utilizou a plataforma Moodle que permitiu a transmissão e organização dos conteúdos como ferramenta facilitadora da comunicação e interação com os cursistas e contou com uma equipe de professores, tutores e técnicos de suporte da plataforma em Educação a Distância (EaD).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A capacitação despertou, através das disciplinas de Tecnologia Assistivas, a utilização de software especializado no processo educacional de alunos com deficiência, bem como despertado a ampliação da visão da acessibilidade no uso de ferramentas educacionais.

A construção de uma coletânea impressa e digital para divulgação da produção de materiais didáticos e/ou metodologias inovadoras resultantes deste projeto, tem sido divulgada e utilizada como apoio por professores da educação básica e licenciados do IFCE. Através da observação e depoimentos de professores que utilizam esse material, percebe-se que muitas contribuições serão lançadas para a educação inclusiva.

Observou-se que através das práticas das atividades e encontros presenciais, muitos conceitos construídos socialmente foram questionados e uma nova visão pedagógica foi sedimentada. Acredita-se que a capacitação tenha proporcionado experiências e troca de saberes que contribuiram e melhoraram o processo de inclusão e acolhimento de alunos com deficiência. Contudo, estudos futuros deverão acontecer para avaliar a efetividade da capacitação em termos de parâmetros práticos, para mensurar a real amplitude dos efeitos da capacitação em Educação Inclusiva.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A ação da capacitação em Educação Inclusiva proporcionada pelo Programa da CAPES: PRODOCÊNCIA teve uma enorme importância na formação de professores e futuros professores do IFCE para a Educação Inclusiva. No entanto, não podemos esquecer que a inclusão é um processo contínuo e novos trabalhos deverão acontecer para que se efetivem ações de inclusão como marco diferencial na realidade do IFCE. Atualmente, com a política de ampliação do ensino técnico e tecnológico, existe mais de vinte campi do IFCE no estado do Ceará, e a amplitude do PRODOCÊNCIA não conseguiu atender todos os campi que procuraram a capacitação. Portanto, percebe-se que outras ações deverão acontecer para compartilhar de estratégias para uma inclusão verdadeira.

REFERÊNCIAS

Constituição Federal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>
acesso em 10 de out de 2014

Decreto 5.622/2005. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>
acesso em 10 de out de 2014

FAVERO, Maria de Lurdes. Universidade e Estágio Curricular: Subsídios para discussão. IN: ALVES, Nilda (org.). Formação de professores: pensar e fazer. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php> Acesso em: 6 set 2014.

INEP. Censo escolar de 2012. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf

Lei 11.892/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em 9 set 2014

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010

Resolução 394/2004. Disponível em:

<<http://www.cec.ce.gov.br/Docs/RESOLUÇÃO20394-2004.doc>> acesso em 07 de ago de 2014